

**VLAMIR COSTA MAGALHÃES**

**O CRIME DE LAVAGEM DE ATIVOS  
NO CONTEXTO DO DIREITO PENAL  
ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO**

***Criminal compliance*, delinquência empresarial  
e o delineamento da responsabilidade penal  
no âmbito das instituições financeiras**



Porto Alegre / 2018

© *Vlamiir Costa Magalhaes*

Capa: *André Ressel*

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor.

1141009

M188c	<p>Magalhães, Vlamiir Costa</p> <p>O crime de lavagem de ativos no contexto do direito penal econômico contemporâneo : <i>criminal compliance</i>, delinquência empresarial e o delineamento da responsabilidade penal no âmbito das instituições financeiras / Vlamiir Costa Magalhães. – Porto Alegre : Núria Fabris Ed., 2018.</p> <p>432 p. ; 16 x 23 cm.</p> <p>ISBN 978-85-8175-099-6</p> <p>1. Lavagem de Dinheiro. 2. Compliance. 3. Direito Penal Econômico. 4. Responsabilidade Penal : Instituição Financeira. 5. Crime Econômico : Globalização. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU – 343.72</p>
-------	--

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a  
NÚRIA FABRIS EDITORA

Rua Gen. Caldwell, 814 – Menino Deus

CEP 90130-050 – Porto Alegre – RS

Telefone da Livraria: 55 51 3231-9321

Telefone da Editora: 55 51 3013-3339

WhatsApp: 55 51 99985 9056

E-mail: [contato@livrariafabris.com.br](mailto:contato@livrariafabris.com.br)

[nuriafabris@livrariafabris.com.br](mailto:nuriafabris@livrariafabris.com.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/fabrislivraria>

Site: [www.livrariafabris.com.br](http://www.livrariafabris.com.br)

## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	19
<b>Introdução</b> .....	23
<b>1 A GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO PENAL: ENTRE APROXIMAÇÕES E CONFLITOS</b> .....	29
1.1 O conceito de sociedade de risco .....	33
1.2 O conceito de globalização .....	35
1.2.1 Os efeitos da globalização.....	39
1.2.1.1 O globalismo e a globalidade.....	40
1.2.1.2 O confronto entre a “mcdonaldização” do Direito (Penal) e o isolacionismo: a busca do ponto de equilíbrio .....	43
1.3 A criminalidade e a política criminal da sociedade contemporânea (global).....	46
<b>2 O DIREITO PENAL ECONÔMICO E SEUS ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS RELEVANTES</b> .....	59
2.1 O conceito de Direito Penal Econômico: um breve histórico.....	59
2.2 A questão terminológica .....	67
2.3 O perfil da criminalidade econômica.....	69
2.3.1 O dinamismo mimético.....	69
2.3.2 A sofisticação logístico-organizacional .....	71
2.3.3 A massividade dos efeitos nocivos .....	72
2.4 Os aspectos criminológicos relevantes do Direito Penal Econômico .....	74
2.4.1 A teoria da aprendizagem social .....	77

2.4.2	A criminalidade do colarinho branco .....	81
2.4.2.1	As principais características da criminalidade do colarinho branco .....	82
2.4.3	A teoria da neutralização.....	93
2.4.4	A Análise Econômica do Direito: o movimento <i>Law &amp; Economics</i> .....	95
2.4.4.1	A teoria da escolha racional .....	96
2.4.5	A teoria da prevenção situacional .....	101
2.4.5.1	A importância da cultura corporativa e sua influência na criminalidade individual .....	103
2.4.5.2	A teoria dos desvios cognitivos ( <i>sesgos cognitivos</i> ou <i>cognitive biases</i> ).....	105
<b>3</b>	<b>O CRIME DE LAVAGEM DE ATIVOS .....</b>	<b>115</b>
3.1	Apontamentos preliminares .....	115
3.2	A teoria do bem jurídico e o crime de lavagem de ativos.....	122
3.2.1	O questionamento da lesividade da lavagem de ativos..	126
3.2.2	O bem jurídico tutelado pelo tipo penal de lavagem de ativos: correntes teóricas e tomada de posição.....	130
3.3	Os fundamentos da autonomia típica .....	135
3.3.1	O impedimento da compensação criminoso.....	135
3.3.2	O reforço ao confisco do produto criminoso.....	136
3.3.3	A identificação dos comandantes de organizações criminosas.....	137
3.3.4	O isolamento financeiro do criminoso .....	138
3.4	A questão terminológica .....	140
3.5	A evolução histórica: da artesanal ocultação de patrimônio de origem ilegal à profissionalização da lavagem de ativos.....	143
3.6	A estrutura normativa internacional de combate à lavagem de ativos.....	146
3.7	A estrutura institucional internacional de combate à lavagem de ativos .....	153
3.7.1	O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) .....	153
3.7.1.1	O questionamento da legitimidade do GAFI.....	156
3.7.1.2	A questão dos paraísos fiscais.....	157
3.7.2	O Grupo de Egmont e as Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) .....	167

3.8 A estrutura institucional brasileira de combate à lavagem de ativos .....	169
3.9 As fases do processo de lavagem: há um <i>iter criminis</i> peculiar? .....	171
3.10 O caráter parasitário da lavagem de ativos .....	174
3.10.1 As gerações de leis sobre lavagem (segundo o crime antecedente) .....	174
3.10.2 A questão da punibilidade da lavagem de bagatela....	175
3.11 A avaliação do GAFI sobre o sistema brasileiro antilavagem: pontos destacados.....	179
<b>4 DA GOVERNANÇA CORPORATIVA</b>	
<b>AOS COMPLIANCE PROGRAMS</b> .....	181
4.1 Governança global e governança corporativa.....	181
4.2 Evolução histórica.....	184
4.3 O (res)surgimento da preocupação em torno do <i>corporate power</i> .....	186
4.3.1 O caso Enron.....	186
4.3.2 O caso WorldCom.....	188
4.4 As estratégias de governança corporativa .....	188
4.4.1 A diligência devida ( <i>due diligence</i> ) .....	189
4.4.2 A responsabilidade social corporativa ( <i>corporate social responsibility</i> ) .....	190
4.4.3 A autorregulação .....	192
4.4.3.1 A classificação da regulação normativa quanto ao grau de liberdade-sujeição .....	194
4.4.3.2 O fenômeno da autorregulação regulada e sua implicação no sistema brasileiro antilavagem...	195
4.4.4 Os programas de cumprimento normativo ( <i>compliance programs</i> ) .....	199
4.4.4.1 A questão terminológica .....	202
4.4.4.2 A evolução dos programas de cumprimento normativo .....	203
4.4.4.3 As diretrizes de sentenciamento criminal para pessoas jurídicas: <i>Federal Sentencing                 Guidelines for Organizations Act</i> .....	207
4.4.4.4 A legislação de controle do mercado financeiro: <i>Sarbanes Oxley Act</i> .....	210
4.4.4.5 Os programas de fachada ( <i>cosmetic                 compliance</i> ): possíveis soluções.....	211

4.4.4.6 Os requisitos essenciais dos programas de <i>compliance</i> .....	220
<b>5 AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E O CRIME DE LAVAGEM DE ATIVOS .....</b>	<b>227</b>
5.1 As instituições financeiras e o sistema financeiro nacional: conceitos.....	233
5.2 Os deveres de colaboração antilavagem: fundamentação e legitimidade .....	234
5.3 As objeções aos deveres de colaboração antilavagem .....	238
5.3.1 O caso Wachovia .....	244
5.3.2 O caso BCCI .....	245
5.3.2 O caso HSBC .....	248
5.4 Em que consiste o cumprimento normativo antilavagem para instituições financeiras?.....	249
5.4.1 O dever de comunicação de operações suspeitas .....	255
5.5 As consequências do descumprimento dos deveres de colaboração antilavagem: os sistemas de tratamento da questão.....	256
5.6 O descumprimento dos deveres de colaboração antilavagem e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro .....	261
5.6.1 A situação das instituições financeiras.....	277
5.6.1.1 O direcionamento político-criminal do combate à lavagem de ativos: entre a responsabilização penal individual e institucional .....	280
5.6.2 O papel dos membros de instituições financeiras e possíveis consequências penais: o delineamento da omissão punível.....	291
5.6.2.1 A situação dos dirigentes de instituições financeiras .....	294
5.6.2.2 A questão da administração colegiada em instituições financeiras: a imputação penal individual no âmbito do conselho de administração .....	310
5.6.2.3 A delegação de funções e sua repercussão sobre a posição de garante: requisitos .....	318

5.6.2.4	A situação do <i>compliance officer</i> (oficial ou diretor de cumprimento normativo) de instituições financeiras .....	320
5.6.2.5	A situação dos funcionários de instituições financeiras .....	325
5.6.3	As objeções quanto às posições de garantia em instituições financeiras: generalidade e imprecisão? .....	328
5.7	A responsabilidade penal individual por lavagem de ativos no âmbito empresarial: a questão da imputação a título de autoria ou participação .....	332
5.8	O dever de abstenção da realização da operação financeira suspeita atípica.....	334
5.9	O elemento anímico do crime de lavagem de ativos: pontos relevantes .....	336
5.9.1	O critério de aferição do dolo: as concepções volitiva e cognitiva .....	337
5.9.2	A questão da (in)admissibilidade do dolo eventual .....	342
5.9.3	A teoria da cegueira deliberada.....	345
5.9.3.1	Terminologia e conteúdo .....	345
5.9.3.2	Fundamentação teórica e normativa .....	348
5.9.3.3	Aplicabilidade jurisprudencial: o aparente confronto entre os sistemas <i>common law</i> e <i>civil law</i> .....	349
<b>6</b>	<b>A IMPUTAÇÃO PENAL INDIVIDUAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL: OS DELINEAMENTOS FUNDAMENTAIS QUANTO AO CRIME DE LAVAGEM DE ATIVOS .....</b>	<b>359</b>
6.1	Teoria do domínio do fato e criminalidade empresarial.....	360
6.1.1	Noções gerais .....	361
6.1.2	Origem .....	362
6.1.3	Conteúdo .....	363
6.1.4	A teoria do domínio do fato e o ordenamento penal brasileiro .....	368
6.1.5	A figura do aparato organizado de poder e a criminalidade empresarial.....	369
6.1.5.1	O domínio da organização, a suposta posição do Supremo Tribunal Federal e a Ação Penal n. 470/2005: o que resta após o julgamento do caso mensalão? .....	374

6.2 A teoria da adequação social (e sua vertente da adequação profissional): apontamentos relevantes .....	376
6.3 A teoria da imputação objetiva e a criminalidade empresarial .....	384
6.3.1 O risco proibido para agentes financeiros quanto ao crime de lavagem de ativos: a correlação entre os deveres antilavagem, o programa de <i>criminal compliance</i> e a responsabilidade penal individual no âmbito empresarial .....	386
<b>CONCLUSÃO</b> .....	393
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	405